

Jovens portugueses recorrem mais à 'participação online'

De acordo com um estudo sobre a Participação Política da Juventude em Portugal, promovido pelo Forum Futuro da Fundação Calouste Gulbenkian, a participação política dos jovens portugueses não está em declínio, como é muitas vezes veiculado. O relatório lembra que existem várias formas de participação e que se, por um lado, os jovens participam menos do que os mais velhos nas formas mais 'convencionais', por outro lado, é notório o aumento da sua 'participação online'.

“É certo que há formas de participação, nomeadamente as mais 'convencionais', orientadas para o sistema partidário (o voto, comícios de partidos, participação noutras atividades partidárias), em que os jovens participam sistematicamente menos que os mais velhos”, lê-se no sumário executivo, que indica, no entanto, que outras formas de participação não-eleitoral tem vindo a aumentar, mais concretamente, no que toca à 'participação cívica' (doar ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política; comprar ou boicotar certos produtos por motivos políticos ou em prol do meio ambiente; assinar petições) e à 'participação online'.

“O domínio em que os jovens têm um protagonismo especialmente destacado e distintivo no que toca à participação política é aquele a que chamamos simplesmente 'participação online' – participar num fórum ou grupo de discussão na internet e publicar, comentar, ou partilhar conteúdos de natureza política e social nas redes sociais. Mesmo controlando o efeito de variáveis como o rendimento, a escolaridade e outras, é entre os mais jovens – 15-24 [anos] – que se recorre mais frequentemente a estas formas de participação política”, acrescenta o sumário.

O relatório aponta ainda que os mais jovens exibem maiores níveis de “autoeficácia política” e “eficácia política externa” em relação aos concidadãos mais velhos. Ou seja, “as perceções individuais de que se é capaz de influenciar os processos políticos e que o sistema político está disponível para ouvir as opiniões e exigências dos cidadãos são mais prevacentes entre os mais jovens do que entre os restantes grupos etários.”

Relativamente à participação política mais 'convencional', os baixos níveis de participação dos jovens refletem-se nas representações prevacentes, mesmo entre os muito poucos que têm militância partidária. Adianta o relatório que “é frequente a perceção de que os próprios partidos têm estratégias de comunicação e mobilização inadequadas para os mais jovens e de que têm uma visão predominantemente instrumental das estruturas juvenis”. Mas, dito isto, “não há diferenças muito significativas entre os temas ligados à juventude que os partidos valorizam nos seus programas políticos e os temas a que os membros das juventudes partidárias dão maior importância: a educação e a formação e o emprego. Já as associações cívicas distinguem-se por uma ênfase maior nos temas da cidadania e da igualdade”.

Em jeito de conclusão, o estudo revela que “os rumores sobre a morte da política entre os jovens têm sido francamente exagerados” e que os estudos realizados frisam “alguma vitalidade da participação cívica e política de jovens portugueses”, mesmo que marcada também “pela desilusão e afastamento crítico de formas mais convencionais de participação, sendo o voto o seu sinal mais preocupante para a qualidade de uma democracia representativa como é a nossa”.

Além disso, o estudo vem sublinhar a importância da educação. “Por um lado, porque a educação continua a ser um preditor de grande relevância tanto para a participação quanto para a resistência ao populismo. Por outro, porque a escola continua a ser reclamada pelo/as jovens como o lugar da educação política das novas gerações – sendo reconhecido alguma desvalorização deste papel no ensino obrigatório”.

Coordenado por Pedro Magalhães (ICS-UL) e Patrício Costa (ICVS-UM), o estudo foi realizado em parceria com o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, com o Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto, com a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro, com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e com o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Universidade do Minho.